

# Eletrobras se liberta de Wilson Pinto Junior e da gestão mais antiética e conflituosa de sua história! \*

Em julho de 2016, Wilson Pinto Ferreira Junior, ex-CEO da CPFL, tomou posse na presidência da Eletrobras em substituição ao engenheiro José da Costa Carvalho Neto, causando grande expectativa por parte de todos que fazem parte do Sistema Eletrobras. Em seus primeiros discursos como presidente da Companhia, afirmou que os ativos não seriam vendidos e que a Eletrobras não seria privatizada.

A convicção não privatista de Wilson Pinto Junior teve curtíssima duração, principalmente por conta de sua parceria com o então secretário executivo do MME – Paulo Pedrosa, que tinha como meta elaborar um plano de privatização da Eletrobras que preservasse os interesses de grandes acionistas minoritários, objetivo entregue pela dupla com a arquitetura da famosa “capitalização”. O Grupo 3G Radar, liderado pelo bilionário Jorge Paulo Lemann, é o maior acionista minoritário da Eletrobras.

Esse projeto de privatização, ou “capitalização” ao gosto dos minoritários, está na contramão do que vem ocorrendo no mundo, onde quase 900 reestatizações foram efetivadas em países centrais do capitalismo, como EUA e Alemanha, como relata a geógrafa Lavinia Steinfort, coordenadora de projetos do TNI Transnational Instituto, em matéria publicada pelo UOL em 2019: “A nossa base de dados mostra que as reestatizações são uma tendência e estão crescendo”.

Sobre a gestão de Wilson Pinto Junior na Eletrobras, cabe registrar que ela entrará para a história como o período em que a gigante Eletrobras ficou ajoelhada e foi forçada a abdicar de sua tradição de empreendedora e fomentadora do desenvolvimento do setor elétrico. Todas as energias foram direcionadas para o seu apequenamento e para a alavancagem de argumentos justificadores de sua privatização – a empresa estagnou, parou de investir, sua eficiência foi questionada e ficou centrada apenas na venda de ativos.

No campo da ética e da conduta, a atuação do Wilson Pinto Junior foi desastrosa, começando por desrespeito ao corpo gerencial e aos trabalhadores e trabalhadoras, fatos que ensejaram a aplicação de censura pública pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, passando por tratamentos discriminatórios aos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras e de suas empresas. Esses tratamentos constantes e assediados, acabou por orientar a política de recursos humanos e relações trabalhistas vigente no Sistema, que, infelizmente, considera trabalhadores e trabalhadoras como inimigos e não como elementos fundamentais na condução dos negócios e dos objetivos da Organização.

Sendo a Eletrobras uma empresa estatal de economia mista, os princípios da administração pública de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são basilares para a organização, neste contexto, a gestão de Wilson Pinto Junior deixa pendente e sem resposta as seguintes não conformidades: inúmeras contratações sem licitação; caso Eletropar; processo de contratação FSB; vendas de SPes; Indicações para a Memória da Eletricidade.



Durante sua trajetória na Eletrobras, Wilson Pinto Junior se comportou como dono da Companhia, e se acostumou a passar por cima de regras e princípios, sem falar no seu desprezo pelo código de ética e conduta, que na sua visão deve ser cumprido apenas pelos outros, principalmente pelos trabalhadores e trabalhadoras, comportamento este que explica seu envolvimento em vários casos de conflito de interesses – sendo o mais emblemático, a de sua audácia em querer continuar na cadeira de conselheiro de administração da Eletrobras, mesmo sendo o CEO de uma empresa notoriamente concorrente – isso, como diz o outro, é de corar frade de pedra!

A gestão do ex-CEO, como podemos observar, foi toda permeada por conflito de interesses, nunca é demais lembrar as peripécias de Wilson Pinto Junior no Conselho de Administração da Eletrobras – CAE, colegiado que foi transformado em seu playground: liderou ações para minimizar a atuação majoritária no órgão, inclusive com relação à presidência do Conselho, que anteriormente era ocupada por autoridade vinculada à União e passou a ser ocupada por gente ligada aos grandes acionistas minoritários, num completo contrassenso; arrumou vaga para sua amiga Lucia Casasanta, dentre outras medidas/decisões – voltadas para facilitar e viabilizar o seu famigerado projeto de privatização da Empresa.

Dentro desta tônica grave de conflito de interesses, a fala do ex-presidente da Câmara dos Deputados sobre o processo de privatização da Eletrobras em evento Lide, divulgada pela imprensa, não merece ser esquecida:

“Está negociando modelagem para beneficiar acionista incluindo uma usina que a concessão vence agora. Está sob suspeição. É por isso que ela não andou na Câmara. Não foi porque eu fiz acordo com a esquerda, que o ministro fala. Não andou porque está sob suspeição porque querem incluir uma usina na privatização da Eletrobras e isso vai beneficiar os acionistas atuais da Eletrobras. E quero ver o ministro falar que é mentira o que estou falando, que a equipe dele fala isso”, declarou o deputado.

Como bem registrou o presidente Getúlio Vargas, “a Eletrobrás foi obstaculada até o desespero”, e de tempos em tempos, desde a sua criação em 1962, aparecem elementos com a missão de dizimá-la e transformá-la em mera fonte de lucros fáceis e abusivos em detrimento da sociedade e dos consumidores. Estes, diferentemente daqueles que projetaram e construíram a Eletrobras, gostam de obras prontas, não agregam energia nova, chegam com empáfia criticando tudo e trazem medidas mirabolantes que só se sustentam à custa da economia popular, com aumento de tarifas e encarecimento de tudo que dependente de energia elétrica - a matemática deles tem como principal foco lucros e dividendos cada vez maiores para os novos donos do negócio, em desfavor das demais partes interessadas.

Concluindo, apesar de todas as dificuldades que a Eletrobras vem enfrentando no contexto de destruição colocado pelo atual governo, a saída completa de Wilson Ferreira Junior é motivo de celebração por todos aqueles que defendem uma Eletrobras atuante e protagonista no desenvolvimento do setor, em prol da sociedade e respeito aos consumidores.

Os trabalhadores e trabalhadoras continuarão defendendo a Eletrobras e suas subsidiárias como empresas públicas geradoras de energia elétrica e de riquezas para todas as partes relacionadas, com atuação marcante no desenvolvimento do setor elétrico e benefícios para a sociedade brasileira.

*\* Texto do Informativo da Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL*



**SALVE A  
ENERGIA**

PELO FUTURO  
DO BRASIL

